



A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA SOBRE OS NEGROS NO BRASIL: UMA BREVE REFLEXÃO

Renata Waleska de Sousa Pimenta¹

Resumo: A história dos negros no Brasil é marcada por uma mentalidade racista e segregacionista, inclusive, legitimada pelo Estado. Nesse cenário várias teorias científicas foram formuladas a fim de compreender a presença dos negros na sociedade brasileira e suas relações. O presente trabalho tem como objetivo analisar as teorias desenvolvidas no Brasil a respeito da formação social nacional com um foco especial na atuação da escola paulista em meados do século passado a fim de compreender a maneira como foram forjados discursos identitários para esses sujeitos históricos que muitas vezes legitimaram ações de empoderamento do racismo. A análise dessa produção discursiva é realizada à luz da concepção de discurso bakhtiniana. A pesquisa está baseada em uma revisão bibliográfica sobre o tema e em uma abordagem empírico-analítica.

Palavras-chave: presença negra no Brasil; teorias raciais; identidade negra; análise discursiva.

THE DISCURSIVE CONSTRUCTION ABOUT BLACKS IN BRAZIL: A BRIEF REFLECTION

Abstract: The history of blacks in Brazil is marked by a racist and segregationist mentality even legitimized by the state. In this scenario, several scientific theories were formulated in order to understand the presence of blacks in Brazilian society and their relationships. This study aims to analyze these main racial theories in order to understand how identity discourses were forged for those historical subjects that often legitimized empowerment actions of racism. The research is based on a literature review on the subject and an empirical-analytic approach.

Keywords: black presence in Brazil; racial theories; black identity; discursive analysis.

CONSTRUCTION DISCURSIVE SUR LES NOIRS AU BRÉSIL: UNE BREF RÉFLEXION

Résumé: L'histoire des Noirs au Brésil est marquée par une mentalité raciste et ségrégationniste, inclusivement, légitimé par l'Etat. Dans ce scénario plusieurs théories scientifiques ont été formulées afin de comprendre la présence des Noirs dans la société brésilienne et de leurs relations. Cette étude vise à analyser ces majeures théories raciales afin de comprendre comment les discours identitaires ont été forgés à ces sujets historiques qui par beaucoup de fois ont légitimées actions autonomisation du racisme. La recherche est basée sur une revue de la littérature sur le sujet et une approche empirique-analytique.

Mots-clés: présence noire au Brésil; théories raciales; identité noire; analyse discursive.

LA CONSTRUCCIÓN DISCURSIVA SOBRE LOS NEGROS EN BRASIL: UNA BREVE REFLEXIÓN

¹ Doutora em Educação. Professora de História do Instituto Federal de Santa Catarina no câmpus Gaspar, coordenadora do NEABI IFSC – Gaspar. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Singularidade.



Resumen: La historia de los negros en Brasil se fijó por una mentalidad racista y segregacionista, incluso, legitimada por el Estado. En este escenario varias teorías científicas fueron formuladas a fin de comprender la presencia de los negros en la sociedad brasileña y sus relaciones. El presente trabajo objetiva analizar las principales teorías raciales a fin de comprender la manera como fueron forjados discursos identitários para esos sujetos históricos que muchas veces han legitimado acciones de empoderamiento del racismo. La pesquisa se basa en una revisión bibliográfica sobre el tema en un abordaje empírico-analítica.

Palabras-clave: presencia negra en Brasil; teorías raciales; identidad negra; análisis discursiva.

INTRODUÇÃO

A história dos negros no Brasil remete, comumente, às nossas origens enquanto nação colonizada, escravocrata e formada socialmente a partir da pluralidade cultural. Compreender esse cenário histórico significa ir além das estereotipações difundidas no senso comum brasileiro e também significa se posicionar perante teses e posicionamentos acadêmicos defendidos sobre o tema. A presença dos negros na nossa constituição enquanto nação e suas múltiplas relações com a sociedade se configuram como importantes temas de investigação e teorização ao longo da história do Brasil.

A produção acadêmica sobre o negro pode ser percebida a partir de distintas dimensões sendo as mais recorrentes as abordagens que vão dão ênfase aos processos de aculturação pelos quais passaram os negros Brasil, além dos trabalhos de pesquisa que se enquadram enquanto análises históricas e sociológicas. Dessa maneira, se percebe o quão amplo é “estudar o negro” enquanto sujeito sócio histórico, visto que as análises sobre esse objeto de estudo pressupõe transitar e entender os fatores históricos que produziram efeitos de sentidos para as ações dos negros na sociedade brasileira.

[...] no Brasil, a questão étnica *racial*, desde o período colonial, com a vinda forçada dos primeiros negros às terras brasileiras, produziu diferentes discursos: a respeito de os negros terem alma ou não, passando às teses raciais do século XIX; ainda, do debate sobre os aspectos positivos da miscigenação durante o século XX aos nossos dias, principalmente nas questões envolvendo as cotas para negros. A discussão sobre a questão étnica *racial* ultrapassou e continua a ultrapassar os limites das instituições ou dos grupos interessados diretamente no assunto, tomado como um fator importante para o desenvolvimento nacional e com caráter político estratégico [...]. (Oliveira, 2012, p. 23, grifo nosso).



Um contexto histórico marcado pela marginalização histórico-social somado às influências teóricas racistas ou teorias que promoviam uma concepção de sociedade democrática do ponto de vista social surtiram efeitos complexos no que tange à produção acadêmica brasileira sobre o Negro. Durante o século passado a produção do conhecimento a respeito da presença dos negros no Brasil passou por uma grande ruptura epistemológica ao propor análises que iam além da concepção do negro enquanto sinônimo de escravo, da interpretação vitimizada e dos pressupostos da coisificação do negro. Nesse momento, pesquisa em áreas como a sociologia e a história trouxe à tona discursos em que os negros surgem como sujeitos da sua própria história.

Os olhares analíticos para a epistemologia a respeito da presença dos negros na sociedade brasileira são de fundamental importância por comporem um conjunto de enunciados que partem de pressupostos ideológicos. Assim, o objetivo deste texto é apresentar a construção de discursos sobre a presença dos negros na formação social brasileira a partir de algumas teorias sociológicas tradicionais. Parte-se do pressuposto que essa episteme assume sentidos identitários de como os sujeitos se relacionam simbolicamente com o seu ambiente sócio histórico. Silenciar sobre esse processo histórico é ignorar as formas de produção de sentido.

O conhecimento é visto como algo em constante transformação, fruto de um contexto dinâmico de produção e troca de informações. Com efeito, assim como o conhecimento, a linguagem também é moldada e se transforma conforme o contexto social e histórico que a rodeia. [...] a linguagem e a história são pontos fundamentais na compreensão das questões humanas e sociais. Por ser polissêmica e dialógica, a palavra traz marcas culturais, sociais e históricas. [...] O contexto histórico transforma a palavra fria do dicionário em fios dialógicos vivos que refletem e refratam a realidade que a produziu. (Bufrem; Arboit; Sorribas, 2012, p.267).

Importante ressaltar que não faz parte dos objetivos desse texto aprofundar as análises nos sujeitos produtores dos enunciados, porém entender, minimamente, os seus posicionamentos pressupõe trazer à luz as concepções racialistas formuladas ao longo do século XIX e XX. Tampouco tem-se a intenção de aprofundar as análises de cada teórico apresentado, dadas as limitações do presente texto.



A cultura possui um caráter formador responsável por gerar as representações de mundo do *ser*. Entretanto, o homem é, ao mesmo tempo, produto e produtor dessa cultura. De acordo com Hall (1997, p. 16), “os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido” que estabelecem sentidos e significados em redes conceituais socialmente organizadas. Esses sentidos e significados são responsáveis pela determinação e fortalecimento das identidades e se constituem a partir das práticas discursivas oriundas da cultura. Esse exercício de produção de sentido e significado do outro também nos constitui, pois pensamos o outro em relação a nós mesmos e, assim, o constituímos enquanto nos constituímos. (Said, 1995).

O sentimento de pertencimento a uma identidade específica é resultado de uma construção histórica sobre nós mesmos, ou uma confortável “narrativa do eu”. (Hall, 1997). Entretanto, de acordo com a corrente pós-modernista, essa construção da identidade completa, ancorada em um determinado processo histórico específico, seria simplesmente uma imagem fantasiosa.

De fato, na medida em que múltiplos sistemas de significação e representação cultural se espalham pela sociedade, deparamo-nos com as diversas possibilidades identitárias, desconstruindo assim os discursos ora legitimados.

As sociedades são, de acordo com os argumentos de Ernest Laclau (1990), formadas a partir das diferenças que acabam por estabelecer divisões e antagonismos sociais, produzindo assim diferentes identidades sociais. Porém, nenhuma dessas identidades são capazes de abranger com totalidade dos sujeitos, resultando, na perspectiva da pós-modernidade, em uma fragmentação das identidades “únicas” e a construção de novos parâmetros identitários.

A sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo “descentrada” ou deslocada por forças fora de si mesma. (Hall 2011, p.17).

A modernidade criou o conceito de identidade nacional que, via discurso ideológico e simbólico, conseguiu incorporar a ideia de “naturalidade” (Bauman, 2005). O sentimento



de pertencimento a essa noção de “naturalidade” reflete, na verdade, uma imposição identitária, silenciando os outros discursos e afirmando a prerrogativa do Estado que é o direito de garantir a exclusão. O autor critica os reflexos dessa naturalização, quando, ao gerar novos sujeitos ou movimentos sociais, afirma que "não existe um lar óbvio a ser compartilhado pelos descontentes sociais [...] os ressentimentos sociais estão órfãos [...] A guerra por justiça social foi portanto reduzida a um excesso de batalhas por reconhecimento". (2005, p. 41).

Entretanto, para Scott (2005), na medida em que esses sujeitos e movimentos sociais se avolumam na sociedade pós-moderna e reivindicam politicamente um reconhecimento legal de seus direitos e de suas identidades históricas, a ideologia ocidental adquire uma tônica universalizante e a esfera pública se fragmenta e se torna mais complexa.

Assim, a identidade na pós-modernidade é o resultado da prática social do sujeito nesse mundo em transformação, que por sua vez constitui-se como resultado de uma *práxis* discursiva produzida coletivamente por diferentes formações presentes no campo simbólico, ou seja, é produto de uma rede de significações.

Um dos significados atrelados à ideia da identidade é a noção da diferença. Os dois termos possuem significados que estão inter-relacionados. Geralmente, a ideia da diferença parte do pressuposto daquilo que não é. A norma estabelecida é ser, o não ser é o diferente. Parece simples essa interpretação, contudo ela revela que tanto a definição de identidade quanto a de diferença ficam sujeitas a relações de poder, de subordinação e contestação.

Essa interpretação explica certos discursos e práticas que são visíveis na produção de sentidos sobre os negros, como o silêncio quanto ao racismo ou a negação da própria história. Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem é uma forma de interação do “eu” com o “outro”, calcada no princípio do dialogismo. O resultado dessa interação social é necessariamente a enunciação e essa não tem uma natureza individual, mas está atrelada ao contexto histórico e ideológico dos grupos sociais envolvidos.

[...] a enunciação enquanto tal é um produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que



constitui o conjunto das condições da vida de uma determinada comunidade linguística. (Bakhtin, 2012, p. 121).

Outro ponto que deve ser considerado, como os padrões sociais são construídos a partir da linguagem, pode-se afirmar que identidade e diferença são também resultados dessa criação linguística e dos sistemas de significação visto que também são produtos sociais. Nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva,

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações e poder. (2000, p. 81).

Dessa maneira, teorizar sobre o negro inserido na sociedade brasileira é conceber esses sujeitos a partir de uma lógica identitária entendida nesse texto como um conjunto de resultados de uma prática relacional inserida em determinado espaço público específico, afastando assim a ideia de uma concepção de identidade atrelada a um reflexo de posições meramente sociais, de valores ou de simples leis que se direcionam para um determinado grupo constituído historicamente. Tampouco se aceita a ideia de que a identidade é fruto de uma verdadeira natureza interior, classe ou raça.

INTERPRETAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A história da formação social brasileira consiste na presença de sujeitos que, integrando e interagindo entre si, deixaram marcas de sua cultura no processo de construção da sociedade brasileira. Entre indígenas, portugueses, dentre tantos outros povos, destaco como protagonistas principais nessa proposta de pesquisa os negros.

A história dos negros no Brasil está atrelada a uma conjuntura de marginalização, discriminação e desigualdade. As razões que culminaram nesse contexto foram objeto de



estudo de diversas áreas de estudo, principalmente a Sociologia e a História, sobretudo no século XX, e sobre as mesmas não há, ainda nos dias de hoje, um consenso.

[...] é caso de realçar o extraordinário encontro de povos posto em cena pelo descobrimento e pela colonização efetuada pelos portugueses na “sua América” – a que lhes reservou o Tratado de Tordesilhas. Encontro decerto conflitivo, muitas vezes trágico, haja vista o extermínio de milhares de índios e o cativoiro destes e dos africanos, como se sabe, desde o primeiro século. Mas encontro que pôs em contato culturas radicalmente distintas de três continentes, refazendo valores, recriando códigos de comportamento e sistemas de crenças, sem falar na “miscigenação étnica”, outrora chamada de “miscigenação racial”. (Vainfas, 1999, p. 1).

Ronaldo Vainfas (1999, p.1) ressalta que a “miscigenação étnica e mescla cultural” são objetos de análise desde os primeiros tempos da dita historiografia nacional e passou, e ainda passa, por profundas transformações de termos, valores e sentidos das interpretações dadas à questão.

Desde os tempos da monarquia brasileira havia o interesse em criar discursos que exaltassem a nação e consolidassem uma identidade nacional, todavia, esses discursos tiveram, durante muito tempo, o racismo como componente estrutural. (Gomes, 2005).

A atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 foi marcante nessa construção identitária e tomava por base o modelo francês de compreensão da formação social.

Algumas interpretações foram criadas com o objetivo de explicar o papel dos negros africanos na sociedade brasileira. Karl Von Martius buscou mostrar a maneira com que indígenas, negros e europeus se misturaram, porém, sempre ressaltando a postura de superioridade do elemento branco europeu em relação às outras raças.

A problemática da mescla cultural na história do Brasil foi colocada em nossos horizontes de investigação desde os começos da historiografia nacional. Apareceu pela primeira vez, sob o rótulo da “miscigenação racial”, como proposta vencedora do concurso promovido na década de 1840 pelo recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Formulou-a o alemão Karl von Martius, naturalista, botânico, viajante que deixou preciosos registros sobre a natureza e as gentes do Brasil no século XIX. Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, Martius afirmou que a chave para se compreender a história brasileira residia no estudo do cruzamento das três raças formadoras de nossa nacionalidade – a branca, a



indígena, a negra –, esboçando a questão da mescla cultural sem contudo desenvolvê-la. Martius, como naturalista ilustrado, pensava o “hibridismo racial” do mesmo modo como pensava o cruzamento de plantas ou animais, porém sua relativa sensibilidade etnológica fê-lo ao menos rascunhar o que já se chamou de “sincretismo” cultural e atualmente se formula como circularidades ou hibridismos culturais. (Vainfas, 1999, p.2).

Apesar da premiação e da forte relação entre Martius e o IHGB, a sua teoria não obteve sucesso por defender uma tese inaceitável para a época, apesar de explícita: reconhecer a presença da população negra no que tange ao processo de constituição do povo brasileiro. Vainfas defende que, tal foi o insucesso da teoria de Martius que ao longo do século XIX e depois, na própria conjuntura republicana, essa teoria ignorada.

Por outro lado, a produção racista e preconceituosa de Adolpho Varnhagen², também do século XIX, negava veemente qualquer tipo de contribuição dos povos indígenas, quiçá dos escravos africanos, na História do Brasil. Essa vertente teórica agradou a elite latifundiária da época. Justificava, inclusive, a escravização dos negros com a velha desculpa civilizatória dos europeus.

Dessa maneira, é correto afirmar que até as primeiras décadas do século XX, a população negra foi invisibilizada na História e submetida a um padrão europeu de conhecimento e de valores. Assim, os negros continuaram a assistir a constituição de um imaginário republicano idealizado que calcava a formação social brasileira no ideal de branquitude e naturalizava as diferenças num padrão de hierarquização dos sujeitos.

REVISITANDO O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Nas primeiras décadas do século XX estavam presentes no cenário internacional – e também no brasileiro – a noção de que a raça brasileira deveria passar por um processo de aprimoramento. Isso, baseado em teorias científicas europeias, que sustentavam o racismo. Com isso, a miscigenação sofrida pelo brasileiro em seu processo colonizador seria uma espécie de maldição, que deveria ser *limpa*, varrida de nossa raça e história.

² Francisco Adolpho de Varnhagen fazia parte do círculo de confiança do imperador do Brasil, D. Pedro II e autor dos cinco volumes intitulados *História geral do Brasil* que foram publicados entre 1854 e 1857, contando, inclusive, com o patrocínio imperial.



Do ponto de vista ideológico, uma mudança a respeito do pensamento social ocorre somente através da obra de Gilberto Freyre (1971) publicada pela primeira vez em 1933, “*Casa Grande e Senzala*”, em que o autor insere o conceito de *cultura* no lugar de *raça* e defende a inexistência de preconceito racial, estabelecendo a noção de entrelaçamento entre as raças que formaram o Brasil, dando origem a um processo de miscigenação que dissolveu os preconceitos e tornou as relações raciais amenas. Assim, Freyre concretiza o *mito da democracia racial* que exerceu forte influência na concepção histórica da sociedade brasileira.

No entanto, Coelho (2007) aponta significativas mudanças no ambiente intelectual, cultural e político dos anos 1930, que influenciaram Gilberto Freyre, e contribuíram de maneira decisiva para a promoção de *Casa-Grande & Senzala*.

Desde o início do século XX, os reformadores da saúde pública vinham desenvolvendo um conjunto de medidas de prevenção médica. A realização de pesquisas e o trabalho de campo de pioneiros científicos como Carlos Chagas, bem como as expedições científicas patrocinadas pelo Instituto Oswaldo Cruz contribuíram para o enfraquecimento das teorias deterministas. Alguns escritores proeminentes como Sílvio Romero, Manoel Bomfim e Alberto Torres reagiram contra o racismo científico, contribuindo para a mudança gradativa do clima intelectual nas primeiras décadas de 1900. O crítico literário sergipano Sílvio Romero proclamou que o povo brasileiro estava marcado pela mistura de raças, senão na carne, ao menos no espírito. O médico ensaísta Manoel Bomfim criticou as teorias racistas que apregoavam a inferioridade racial do índio e do negro e a mistura racial como fator determinante do subdesenvolvimento brasileiro. (p.127-128).

Cavalcanti Jr., Silva e Costa (2010) afirmam que até a edição de *Casa Grande e Senzala*, com raras exceções, a historiografia brasileira era linear, episódica, elitista, detalhista e interessada em criar uma ideia de nação esclarecida, civilizada e homogênea, fortemente influenciada pela civilização branca europeia. Gilberto Freyre e Sergio Buarque denunciaram os preconceitos raciais; romperam com uma história meramente narrativa em nome da problematização; introduziram novos temas e métodos, o que colaborou com a dessacralização de documentos oficiais escritos e voltaram-se para o cotidiano, afastando-se da tendência até então dominante: a análise de fatos políticos.



Bastos (2001) afirma a posição corajosa de Freyre, ao escrever uma obra que guardava relação com seu tempo. No período em que lançou o seu *Casa Grande e Senzala*, a maioria dos autores definia o povo brasileiro pela preguiça e pela luxúria, herdada de povos inferiores, como os negros e os indígenas. Freire antepõe-se a tais ideias, e teoriza que a fraqueza física, a debilidade, e a aparente preguiça guardam origem social e cultural, e não racial, e podem ser explicadas pelos maus-tratos, a subnutrição, às doenças que assolavam o povo. Com isso, contradiz o racismo social, tão em moda à sua época, e desdiz autores contemporâneos.

Freyre aborda temas inusitados, até então desprezados pela historiografia brasileira, analisando a formação da sociedade a partir de detalhes do cotidiano, que incluem o utensílio domiciliar, o gesto familiar, a religião, a alimentação, o apetite sexual, os objetivos pessoais, os instrumentos de trabalho, e outros detalhes menores, mas que revelam a intimidade e a estrutura psicológica das etnias.

Freyre interpretou suas fontes como *indícios reveladores*, tratando o passado colonial brasileiro como um enigma a ser desvendado. O *indiciarismo* presente na análise freyreana possibilitou a identificação de aspectos estruturantes do cotidiano colonial; Freyre identificou indícios acerca da formação política do povo brasileiro, que têm como base relações que persistem ao longo da história: “mandonismo, autoritarismo, personalismo, favorecimento, particularismo e a frouxidão nas relações políticas e sociais”. (Coelho, 2007).

Cavalcanti Jr., Silva e Costa (2010) salienta que Freyre foi inovador também em relação ao método de análise, uma vez que fazendo a diferenciação entre raça e cultura ele defende que a questão genética não está acima da dimensão cultural. Por isso, a existência de problemas sociais não é culpa do caráter mestiço do povo brasileiro, mas sim das mazelas do sistema econômico. Freyre rechaça, dessa forma, a atribuição de imputar culpa dos males brasileiros à condição de mestiçagem do povo; ou dito de outra forma, rechaça o determinismo genético. Para Gilberto Freire o Brasil não era uma nação branca que tinha negros, mas uma nação na qual o negro estava em todos nós, e sem o negro não teria havido nem havia o Brasil.



A HERANÇA SOCIOLÓGICA DA *ESCOLA PAULISTA* PARA OS ESTUDOS RACIAIS

A conjuntura mundial pós Segunda Guerra Mundial era de recuperação dos efeitos do holocausto nazista e demais atrocidades do período, vivia também os horrores do *apartheid* sul-africano e a segregação racial norte americana, mediante esse cenário, aprofundar a reflexão sobre a situação racial espalhada pelo mundo se tornou um dos focos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O interesse despertado na UNESCO pelos estudos sobre a diversidade étnica em diversos países, e em especial no Brasil, cujo padrão de convívio inter-racial tornara-se fonte de curiosidade de pesquisadores, principalmente em face da repercussão alcançada pelos trabalhos de Gilberto Freyre, foi um fator importante para compreender os incentivos e financiamentos recebidos pelos cientistas sociais para seus estudos sobre as relações raciais.

Oracy Nogueira (2006) afirma que os resultados desses estudos foram de extrema importância pelo caráter inovador dos mesmos ao reconhecer, de maneira explícita, a existência do preconceito racial no Brasil e assim desconstruir a ideia que prevalecia a respeito de uma relação harmônica entre os vários grupos étnico-raciais existentes no Brasil, sobretudo os negros.

Assim, pela primeira vez o depoimento dos cientistas sociais vem, francamente, ao encontro e em reforço ao que, com base em sua própria experiência, já proclamavam, de um modo geral, os brasileiros de cor. (2006, p.291).

A configuração amena das relações raciais freyrianas foi combatida pelos estudos realizados na década de 50 do século passado, sobretudo as produções da *escola paulista* que teve, dentre outros pesquisadores, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro e Marvin Harris.

Violência, maus-tratos, trabalho forçado e a noção de escravos enquanto mercadorias pautavam esses trabalhos. A denúncia das desigualdades a que estão submetidos os negros ganharam uma entonação política. Fernandes realizou, junto com



Roger Bastide, em São Paulo, a pesquisa que resultou na obra *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*, publicada em 1955 e na década de 60 publicou o livro *A integração do negro na sociedade de classes* oriundo da sua tese para o concurso de professor titular.

Florestan Fernandes, considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil, questionou a realidade social brasileira e buscou novas formas de compreensão do passado e das relações sociais do seu tempo. Octávio Ianni, ao se referir ao sociólogo, ressalta que,

As suas contribuições sobre as relações raciais entre negros e brancos, por exemplo, estão atravessadas pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta e, ao mesmo tempo, discutir as interpretações prevalentes. No mesmo sentido, as duas reflexões sobre os problemas da indução na sociologia avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade. Essa perspectiva está presente nas monografias e ensaios sobre o problema indígena, escravidão e abolição, educação e sociedade, folclore e cultura, revolução burguesa, revolução socialista e outros temas da história brasileira e latino-americana. (Ianni, 1996, p. 26).

Seguindo o pressuposto teórico de Fernandes, a mentalidade racista no Brasil pode ser compreendida a partir dos séculos de escravidão que, no decorrer desse tempo, incutiu uma percepção preconceituosa a respeito de determinados sujeitos sociais, sobretudo os negros e assim, esse pensamento se torna responsável pela série de políticas e posturas discriminatórias que se lançam até os dias atuais.

A esse quadro de preconceito e discriminação típicos da sociedade colonial brasileira, soma-se o discurso ideológico racial da elite republicana no qual fica evidente a necessidade de apagar da História da nação o passado que manchava a imagem do Brasil. Em tempos de crenças nas infinitas possibilidades do progresso econômico, político e social, era necessário, nas palavras de Fernandes (2006, p. 394) “forjar nos trópicos esse suporte de civilização moderna”. Então, buscou-se uma aproximação das novas concepções científicas a respeito das teorias de *superioridade da raça branca*³. A partir dessa noção de

³ A teoria do branqueamento se originou a partir dos pressupostos científicos evolucionistas em que a “raça” branca seria superior, em todos os sentidos, à qualquer outra “raça”. Essa interpretação legitimava os interesses racistas da elite brasileira que buscava meios para fazer prevalecer o ideal de homogeneização



superioridade, se acreditava em um suposto processo de branqueamento da sociedade brasileira que se efetivaria em decorrência da miscigenação, pois na perspectiva evolucionista o gene da população branca, por ser mais forte, levaria à sobreposição da cor branca em relação aos negros, mulatos e mestiços ao longo do tempo.

Em virtude da crença nesse discurso científico, o resultado foi um crescente incentivo à imigração branca europeia, fazendo com que a característica responsável por depreciar a imagem brasileira, ou seja, a mestiçagem, fosse contornada a partir dessa interpretação da superioridade de raças.

Entretanto, na prática o que se observou foi um aumento da população branca imigrante que se tornou a preferência no que tange às contratações de mão de obra nos grandes centros urbanos e também nas áreas rurais. A substituição da mão de obra negra e a circulação de ideias discriminatórias que inferiorizavam os negros dentro da sociedade brasileira acentuou as péssimas condições sociais e de oportunidades de ascensão para esses sujeitos. A sentido dado ao trabalho do negro incorpora uma noção pejorativa, negativa para as perspectivas de criação de uma imagem *moderna* do Brasil. De acordo com Amauri Pereira,

[...] ao longo do século XX a sociedade brasileira pôde assistir a uma sintomática evolução na forma como as elites e o Estado Nacional tratavam a questão racial. Do início até quase meados do século, a questão racial era o ‘negro’ – este era ‘o problema’ – e tratavam-se, então, de sua substituição por imigrantes europeus, estes sim, capazes de civilizar a nação brasileira. (2013, p.25).

Assim, no contexto brasileiro pós-abolição, o *mito da democracia racial* constituiu-se enquanto uma realidade no imaginário da sociedade brasileira, onde a desigualdade social estaria ligada às condições de pobreza em que grande parte da sociedade estava inserida, tirando qualquer responsabilidade para tal desigualdade as questões relacionadas às diferenças raciais. (Ortiz, 1994).

Petrônio Domingues (2007, p.116 e 117) define o conceito de democracia racial a partir da ideia da existência de um modelo de sociedade em que não exista qualquer tipo de

étnica racial e cultural durante o fim do século XIX e meados do século XX. Os divulgadores desse pensamento no Brasil foram Oliveira Viana, Nina Rodrigues, Silvio Romero, entre outros.



empecilho formal e jurídico para o desenvolvimento de ações voltadas para a igualdade racial, além de garantir ações que coíbam as manifestações de preconceito e discriminação. O autor afirma que no cenário republicano os negros libertos usufruíam “de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc.”. Todavia, esse direito à cidadania, apesar de previsto legalmente, encontrava impedimento para sua concretização na medida que o texto constitucional apresentava entraves para a participação política dos negros⁴.

Assim sendo, a crença na suposta democracia racial sustentava um imaginário em que se previa a sociedade ideal,

[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. [...] A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' [...]. No entanto, "devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (Nascimento, 1978, p.41 e 92).

Nesse contexto de uma vida liberta, em que a cidadania era um fato, a realidade do povo negro deparava-se com a desigualdade. Em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes (2006) debruçou-se na reconstrução das dificuldades encontradas pelos negros nesse cenário de incipiente república. O autor buscou demonstrar como o sistema de relações raciais respondeu às transformações da estrutura da sociedade, e evidenciando como a modernização engendrou um dos problemas sociais mais graves para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva na sociedade brasileira. Dessa forma, estuda-se a formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil, sob a perspectiva das relações raciais.

⁴ Na Constituição de 1891, no artigo 70, são considerados inalistáveis e inelegíveis os sujeitos analfabetos, mendigos, mulheres, as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior e os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. Uma vez que boa parte da população negra era analfabeta, ficava assim restrita a participação política desse grupo social.



Nada podia impedir que o “coronelismo” como equivalente e substituto da “nobreza agrária” convertesse o sistema republicano-presidencialista numa transação com o antigo regime e, principalmente, que a ordem social competitiva se ajustasse às estruturas persistentes daquele regime. Mesmo nos centros urbanos em crescimento [...] ela se configura como uma sociedade de classes que só era igualitária nos estratos dominantes e só era aberta para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão econômica do sul do país. Essas tendências é que condicionam e precipitam alterações substanciais na estrutura social. Contudo, elas só iriam beneficiar os setores aptos a combinar, nas zonas urbanas ou nas rurais, o trabalho, a poupança, a mobilidade espacial e ocupacional como instrumentos de ascensão social – ou seja, os imigrantes, em grande número, e, em menor escala, os segmentos cultos ou semi-instruídos das populações de origem nacional. Só esporadicamente, como e enquanto parte do núcleo ou da periferia das grandes famílias “brancas”, encontravam o negro e o mulato algumas probabilidades de inclusão nessas transformações da estrutura social. Para eles, na quase totalidade, a sociedade de classe permanecia não igualitária e fechada. (Fernandes, 2006, p. 61-62).

Ainda segundo Florestan (2006), a velha etiqueta de tratamento racial continuou a encontrar plena vigência, perpetuando-se as representações de *status*, bem como as representações de papéis sociais que regulavam o modo pelo qual as pessoas identificadas como pertencentes à determinada situação racial deviam – ou podiam – participar dos direitos e dos deveres incorporados à ordem social vigente.

Os estudos oriundos do programa da Unesco foram de extrema importância para uma mudança epistemológica do pensamento social a respeito das relações raciais no Brasil. Foram esses estudos os responsáveis por enfatizar a presença de preconceito e também discriminação racial na sociedade brasileira. Os novos discursos produziram sentidos distintos ao problematizarem os pressupostos ideológicos calcados no mito da democracia racial.

A conjuntura internacional do final dos anos de 1970 e início de 1980 é marcada pelos discursos a favor da descolonização africana e a adoção de políticas afirmativas pelos Estados Unidos. Esses acontecimentos são concebidos como um forte argumento na luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação no Brasil o que levou à uma mudança discursiva no que tange às relações raciais.



A produção do conhecimento histórico-social vê-se influenciada pelas tendências historiográficas⁵ que colocam os “sujeitos da história” como centro das análises. Essas novas abordagens trazem à tona indivíduos que permaneceram marginalizados pela historiografia positivista e factual. Nesse sentido, a participação negra na constituição histórico-social brasileira passa a compor o interesse da intelectualidade que, assim, produz novos sentidos oriundos das interpretações acerca da História do Brasil.

O início da década de 80 do século XX observa-se que os estudos a respeito das questões raciais ganharam outros espaços de interesse para além da Escola Paulista de Sociologia. São outros espaços, outras vertentes teóricas e um novo perfil de pesquisadores⁶.

Nesse contexto, é importante ressaltar os estudos realizados por Carlos Hasenbalg em 1979 e Nelson do Valle e Silva em 1988. Esses pesquisadores centraram suas análises na defesa da tese que a desigualdade racial era reflexo do processo de implementação do capitalismo na sociedade brasileira, logo, os autores refutam a associação imediata entre discriminação racial e o passado escravista. De acordo com Guimarães, essa desigualdade econômica e social também não está centrada na pertença à uma ou outra classe social, “mas que tais desigualdades resultam inequivocamente de diferenças de oportunidades de vida e de formas de tratamento peculiares a esses grupos raciais”. (2003, p. 103).

Para Oliveira (2-10), os trabalhos desenvolvidos por esses pesquisadores podem ser considerados marcos epistemológicos a respeito da produção de conhecimento sobre as relações raciais, logo, na perspectiva discursiva, são novos sentidos dados à questão. Nas palavras do autor,

A partir do livro de Hasenbalg (1979) “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”, a argumentação central era de que a exploração de classe e a opressão racial se articularam como mecanismos de exploração do povo negro, alijando-o de bens materiais e simbólicos. Hasenbalg afirma que os negros foram, ao longo do tempo, explorados economicamente e que esta exploração foi praticada por classes ou

⁵ Walter Benjamin, Cornelius Castoriadis, Eric Jay Hobsbawn, Edward Palner Thompson, e dos historiadores franceses da chamada Nova História Cultural.

⁶ Nesse contexto podemos citar o Instituto Joaquim Nabuco, localizado em Recife, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, o Centro de Estudos Africanos da USP e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Muitos desses centros contavam com pesquisadores negros e também mantinham um vínculo próximo com os militantes do movimento negro.



frações de classes dominantes brancas. Para ele, a abertura da estrutura social em direção à mobilidade está diretamente ligada à cor da pele e, nesse âmbito, a raça constitui um critério seletivo no acesso à educação e ao trabalho, por exemplo. Com base em dados do PNAD de 1976, o autor mostra que, ao longo de um ciclo de vida econômica, os não brancos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias. (Oliveira, 2010, p. 70).

Se o cenário de marginalização e discriminação do negro está intrinsecamente relacionado ao período posterior à abolição, a suposta teoria da *democracia racial* que se acreditava existir no Brasil passa a ser percebida epistemologicamente como uma ferramenta ideológica a favor da manutenção da estrutura social existente. Assim, Hasenbalg traz à tona a questão racial enquanto assunto de cunho estatal. Se ora as problemáticas raciais estavam no campo das ideias, no campo das reflexões da intelectualidade brasileira, nesse momento passam a ser problematizadas enquanto questão econômica e política.

De acordo com essa vertente teórica, os negros foram, do ponto de vista econômico, explorados pela elite branca, fato que levou à uma profunda desigualdade social, pois a raça passou a ser um quesito a ser levado em consideração quando se pensa em acesso à educação e ao trabalho. Toda a construção teórica de Hasenbalg pode ser analisada enquanto um aporte teórico de grande crítica à percepção da democracia racial. Isso porque o autor constata que o racismo existente no Brasil era de cunho estrutural, confrontando assim com os pressupostos teóricos das ciências sociais tradicionais, sobretudo a escola sociológica paulista.

Podemos afirmar que os estudos raciais da segunda metade do século XX, sobretudo a produção de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg abriram espaço para novas reflexões sobre as desigualdades sociais e raciais no Brasil e, inclusive, fortaleceram subsídios argumentativos para o discurso político do movimento negro.

Esse processo de construção e transformação do conhecimento a partir das práticas discursivas acadêmicas favoreceram a criação de um espaço de diálogo que culminou na efetivação de determinadas políticas públicas voltadas para as questões raciais. Porém, não seria correto afirmar que o preconceito tenha deixado de existir e que ainda não há, no imaginário popular, a crença no mito da democracia racial. E talvez seja por essas razões



que as pesquisas sobre as questões raciais, nos mais variados âmbitos, são sempre revisitadas.

IDENTIDADE VERSUS PRECONCEITO

Quando se pensa em identidade negra no Brasil se observa o quão instáveis são as prerrogativas definidoras dessa concepção e como as transformações contextuais produzem novos significados no que tange *ser negro*. Uma das dificuldades encontradas ao se definir a situação racial no Brasil remete à questão da cor e/ou da raça.

Os estudos realizados por Oracy Nogueira a partir da década de 40 do século passado apresentaram um novo viés para a compreensão das relações raciais brasileira.

O contato de Oracy Nogueira com intelectuais norte-americanos estudiosos das relações raciais no Brasil fez com que esse pesquisador aprofundasse suas análises sobre as questões raciais dentro de uma perspectiva comparativa entre Brasil e Estados Unidos. A crítica que Nogueira fez à obra de Tannenbaum⁷, demonstrou o interesse desse pesquisador por dar ênfase aos elementos mais específicos, no caso os culturais e sociais, quando se objetiva analisar as questões raciais de um determinado local.

O sociólogo paulista, nesse clássico estudo sobre as relações sociais entre *brancos e não brancos*, afirma a impossibilidade de compreender os aspectos referentes à situação racial sem levar em consideração o “preconceito racial”. Sua análise se torna interessante por enfatizar o preconceito enquanto a raiz das relações raciais. Nas palavras do autor,

Embora certos estudiosos se recusem a aceitar que o ‘problema do preconceito racial’ seja o problema central, nos estudos de relações raciais, e ainda que se admita que o preconceito, seja qual for a importância que se lhe dê, como problema de estudo, deva ser focalizado no contexto da ‘situação racial’ em que se manifesta,

⁷ Oracy Nogueira resenhou o livro do historiador norte-americano Frank Tannenbaum, *Slave and Citizen: The Negro in the America*, em 1947. Nessa obra, Tannenbaum analisa a escravidão na América do Norte em contraposição ao contexto latino-americano. Sob inspiração freyriana, o autor defende a ideia de que as nuances culturais ibéricas deixaram um legado escravista mais ameno quando comparado com o mesmo sistema de exploração de mão de obra das colônias inglesas. Uma explicação estaria na formação religiosa distinta entre as nações colonizadoras, além da herança ibérica em contextos em que diferentes culturas interagiram no cenário da península. Para Tannenbaum, essas características distintas do passado das nações latino-americanas seriam responsáveis por promover um contexto em que as relações raciais na América Latina seriam mais brandas.



o fato é que a preocupação com o mesmo está pelo menos implícita em toda a pesquisa que se faz nesse setor. Mesmo quando se estuda uma ‘situação racial’ em que se supõe inexistente (ou quase inexistente) o preconceito, está pelo menos implícito o interesse em compará-la com situações em que sua ocorrência é insofismável. (Nogueira, 2006, p.290).

Reconhecer a existência do preconceito pressupõe uma definição mais precisa do que é ser branco e não-branco. Ao comparar Brasil e Estados Unidos, o autor estabelece um quadro de referência baseado nos conceitos “preconceito de marca” para analisar as manifestações inter-raciais no Brasil. Já a modalidade tipicamente norte-americana o autor denomina “preconceito de origem”.

Assim, as desigualdades existentes na sociedade brasileira, que são responsáveis pela definição do preconceito, devem ser reconhecidas para além das questões relativas à classe social e a cor simplesmente, apesar de reconhecer que esse “preconceito de marca” acaba por ser definidor da estrutura social dos “sujeitos de cor”. De acordo com Nogueira,

[...] onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir [...]. (2006, p. 303).

Quando o preconceito é de marca, o caso brasileiro, os atributos físicos são os responsáveis por definir o grupo social ao qual o sujeito está inserido, esses atributos são a sua *marca* racial. Dessa maneira, a noção de ser branco no Brasil varia, sob vários aspectos, de acordo com a mestiçagem e as oportunidades de inserção nos espaços sociais como sistema educacional e mercado de trabalho serão proporcionais ao grau de aproximação do padrão estético do branco europeu. Enquanto que nos EUA, o preconceito de origem será definido por qualquer laço hereditário que ligue o sujeito à um ou outro grupo étnico racial, assim, uma pessoa loira, com olhos claros, pode ser definida como negra se algum dos seus antepassados forem reconhecidos socialmente como negros.

O desencadeamento da reflexão sobre a situação racial comparada, Oracy Nogueira atribui que os padrões identitários do negro norte-americano revelam um preconceito aberto, estabelecendo assim medidas segregacionistas facilmente visíveis. Já os padrões definidores da identidade racial brasileira, calcados na ideia de miscigenação e



branqueamento, revelam um preconceito velado que reforça o mito da democracia racial. Lilia Moritz Schwarcz, após entrevistar Nogueira, define essa questão da seguinte maneira,

No Brasil, esses fenômenos, *o preconceito e as restrições ao negro*, são ordenados por padrões ideais vinculados ao que se convencionou rotular de democracia racial. Por diferentes motivos, brancos e pretos evitam desafiar tais padrões e o resultado é que o preconceito e a discriminação se manifestam de maneira velada, às escondidas. Essa dissimulação, aliada ao fato de nossa realidade ‘racial’ ser examinada à luz de modelos americanos, é que desnortou alguns estudiosos, levando-os à conclusão de que no Brasil não havia preconceito racial”. (Schwarcz, 2005-2006, p. 176, grifo nosso).

Podemos inferir, a partir das análises de Nogueira que o contexto referente à definição da identidade negra é complexo e incerto, uma vez que está calcado em características, marcas, físicas que podem variar de acordo com cada região, cultura e período histórico brasileiro. Nas últimas décadas se observa uma busca por definições mais precisas no que tange às identidades étnico raciais, até mesmo em virtude das lutas políticas de movimentos sociais que reivindicam políticas públicas destinadas aos grupos sociais excluídos historicamente dos processos de desenvolvimento do país, a fim de diminuir as desigualdades sociais.

BREVES CONSIDERAÇÕES

A globalização promove um movimento dialético de unificação e fragmentação cultural, que obriga a novas relações dos sujeitos e uma crise das formas tradicionais de constituição identitária. Compreende-se que todo sujeito social envolvido em um ato de comunicação remete as suas próprias práticas discursivas, pois são dessas práticas que emerge um mundo de representações, de relações e identidades sociais e os sentidos são concebidos.

Os discursos que promovem concepções de conhecimento, enquanto produções culturais, são diversos em sentidos e significados que se deslocam e definem de acordo com determinantes ideológicas e contextos históricos específicos. Dessa maneira, promover uma análise crítica dessas produções de conhecimento não é capaz de mensurar todos esses



elementos culturais e sentidos produzidos discursivamente, contudo, o estudo oportuniza uma reflexão acerca das possíveis interpretações a respeito dos fenômenos sociais que conduzem as produções discursivas e, conseqüentemente, os processos identitários.

A questão da identidade cultural remete também a própria ideia de formação da cidadania. Entendo enquanto cidadania a capacidade dos homens de participarem das decisões pertinentes à nação. A sociedade brasileira foi, durante um tempo, caracterizada pela suposta *democracia racial* a qual defende a existência harmônica de várias etnias, dando ao Brasil um caráter democrático no que tange às relações sociais. Outras teorias sociológicas foram produzidas posteriormente, atrelando à questão da discriminação racial também a ideia da desigualdade econômica e social que seriam responsáveis pela marginalização de parte da população negra brasileira, além de legitimar o preconceito e a discriminação racial.

O fato é que a compreensão de que a população negra foi prejudicada, a partir de uma lógica excludente nos mais variados espaços sociais, ocupando um lugar social inferiorizado é uma interpretação pertinente, independente da vertente teórica.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M.M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BASTOS, Elide Rugai. Lo intrahistórico en la reflexión de Gilberto Freyre. *Prismas-Revista de história intelectual*, año 5, n. 5, 2001, p. 207-223.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- BUFREM, Leilah; ARBOIT, Aline; SORRIBAS, Tidra. Organização do Conhecimento e a teoria do Círculo de Bakhtin. In: CONGRESO ISKO CAPÍTULO ESPAÑOL, 2011, Coruña, ES. *20 Años del Capítulo Español de ISKO*. Espanha, ES: Universidade da Coruña, 2012. Disponível em: <http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/265-281_Santiago-Bufrem.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.
- CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.



CAVALCANTE JR, Idelmar Gomes; SILVA, Maria do Rosário de F. V. da; COSTA, Rozane da Silva. A história cultural de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda e os novos rumos da historiografia brasileira. *Revista F@ciência*, v.6, n. 6, 2010, p. 47 – 54.

COELHO, Claudio Marcio. *Gilberto Freyre: indiciarismo, emoção e política na casa-grande e na senzala*, Brasil. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2007.

COSTA, S. O branco como meta: apontamentos sobre a difusão do racismo científico no Brasil pós-escravocrata. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 28, n. 1-3, jan./dez. 2006, p. 47-67.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*. vol.12, n.23, 2007, p. 100-122.

_____. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, n. 10, jan./jun. 2005, p. 116 – 131.

FACCIN, Milton Júlio. *Território de identidades: os jornais gaúchos e as demarcações discursivas da identidade regional*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, vol. 1, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e senzala*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1971.

GOMES, Flávio. *Negros e política: 1888 – 1937*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*. vol.29, n.1, jan./jul. 2003, p. 93-107.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as resoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997, p. 15-46.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, jan./abr. 1996, p. 25-33.

LACLAU, Ernest. *New Reflections on the Revolution of our Time*. Londres: Verso, 1990.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, vol.19, no.1, nov., 2006, p.287-308.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. *O discurso sobre as cotas para negros na revista Veja*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. *Histórias da África e dos africanos na escola*. Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. SP: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira*. Itajaí: Casa Aberta editora, 2013.

PETRUCCELLI, José Luis. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. In: SABOIA, Ana Lucia; PETRUCCELLI, José Luís (Org). *Características Étnico-raciais da População: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A questão racial brasileira vista por três professores. *REVISTA USP*, n.68, dez./fev., 2005-2006, p. 168-179.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, v. 13, n.1, abr. 2005, p. 11-30.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo*, v. 4, n. 8, Dez. 1999, p. 1-12.

Recebido em outubro de 2015
Aprovado em janeiro de 2016